

A TRANSIÇÃO IDEOLÓGICA PARA O NEOLIBERALISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1979 A 1994)*

MAURO MARQUES MÜLLER**

Resumo

Este trabalho evidencia, numa abordagem do período de 1979 a 1994 enquanto transição histórica, como se preparou e como se consolidou o neoliberalismo no Brasil, a forma ideológica como se constituiu, como foi politicamente construída a sua viabilidade histórica e sua inserção nas relações com a globalização. Após a construção do contexto internacional e da análise dos atributos ideológicos que compõe o binômio "globalização" - "neoliberalismo", passa-se à análise mais específica da transição para o neoliberalismo no Brasil. Analisa-se o papel de preparação que o regime militar cumpre para com a implantação do neoliberalismo no país. Problematisa-se a chamada "transição para a democracia" enquanto transição também para o neoliberalismo. Realiza-se a análise do Plano Real e dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como consolidação do neoliberalismo no país. Aborda-se, de forma demonstrativa, a questão da Dívida Externa, constituindo-se na porta de entrada para a potência dominante da nova ordem internacional (EUA) impor as políticas neoliberais ao país. A implementação do programa neoliberal no Brasil significou uma fantástica virada ideológica nos rumos do país: da visão nacional-desenvolvimentista passa-se à globalização econômica. O regime militar garantiu a transição tranquila e gradual para o novo período instalar-se e a guinada do centro para a direita do espectro ideológico garantiu uma roupagem democrática para a imposição de um programa agressivo de desnacionalização e regressão dos direitos sociais, embora a esquerda e os movimentos populares resistissem a maior parte do tempo.

Palavras-chave: Globalização, Neoliberalismo, Transição Histórica.

Abstract

Considering the 1979-1994 period as a historical transition, this work shows up how Neo-liberalism was prepared and consolidated in Brazil, how it was constituted ideologically; how its historical feasibility was politically constructed and how it was inserted into relations as a result of globalization. After defining the international context and analysing the ideological attributes that compose the "globalization" - "Neo-liberalism" binomial, the transition to Neo-liberalism in Brazil is considered carefully. The role of the military regime in establishing Neo-liberalism in the country is analysed. The "transition to democracy" as being also a transition to Neo-liberalism

is discussed as well. The "Real Plan" as well as Fernando Henrique Cardoso's governments are considered as a consolidation of Neo-liberalism in the country. Through a demonstrative way, the Foreign Debt issue is evaluated since it represents the "opening" for the dominant power of the new international order (U.S.A.) to impose the neo-liberal politics on the country. The implementation of the neo-liberal program in Brazil meant a fantastic ideological turn in the routes of the country: from the national developing view to the economical globalization. The military regime guaranteed a quiet and gradual transition to the establishment of the new period. Similarly, the sweeping change from the centre to the right of the ideological spectrum guaranteed a democratic appearance for the imposition of an aggressive program of denationalization and regression of the social rights, although the Left and the popular movements resisted most of the time.

Keywords: Globalization, Neo-liberalismo, Historical Transition.

A transição para o neoliberalismo no Brasil deu-se de forma lenta, gradual e se confundiu com a "década perdida" (década de 1980) e com a transição para a democracia no país. Por isso, o estudo da transição para o neoliberalismo deve percorrer desde o início do processo de abertura democrática (1979) até a implantação do plano real (1994), momento de consolidação das políticas neoliberais no país.

Nesse período de 15 anos ocorrem as mudanças que transformam a face do capitalismo brasileiro, alteram estruturalmente a vida política e ideológica do país, encerram o ciclo longo de desenvolvimento (1930-1980), e ao mesmo tempo tornam viável historicamente a fase neoliberalizante.

* Artigo produzido a partir da monografia "A transição ideológica para o Neo-liberalismo no Brasil contemporâneo", apresentada no Curso de Especialização em História do Brasil, da UFSM, orientada pela Profª Dra. Beatriz Teixeira Weber.

** Especialista em História do Brasil

É possível evidenciar, numa abordagem do período de 1979 a 1994, enquanto transição histórica, como foi preparado e como se consolidou o neoliberalismo no Brasil, a forma ideológica como se constituiu, como foi politicamente construída a sua viabilidade histórica e sua inserção nas relações com a globalização.

A nova ordem mundial sob hegemonia norte-americana

No contexto de bi-polarização, promovido pela "guerra fria" no pós-guerra (segunda guerra mundial), a globalização nasceu do desafio da nação norte-americana tornar-se hegemônica no cenário mundial a partir de duas frentes: vencer o leste europeu no poderio militar e controlar as finanças mundiais.

Desde a década de 70 do século XX, o controle das finanças mundiais é assumido pelos EUA no momento em que rompem o Tratado de Bretton Woods, que exigia a manutenção de lastro em ouro para a emissão das moedas, representando o fim da convertibilidade do dólar em ouro. Dessa forma, a partir da crise do petróleo (1973-74) os EUA passaram a controlar as reservas e níveis de liquidez no mercado mundial.

Também nesse momento (década de 70) são construídas as condições político-ideológicas da globalização, com a chamada política "trilateral", sustentada por uma organização internacional, dirigida por banqueiros e com a participação efetiva de intelectuais e representantes dos governos que compõem os "vértices do triângulo": EUA, Europa Ocidental e Japão, com o objetivo de conferir "unidade ideológica: a democracia no vetor político; a defesa das liberdades internamente e dos direitos humanos externamente, no vetor ético; e a filosofia liberal, no vetor econômico"¹.

O elogio dos dogmas liberais e a defesa dos interesses das multinacionais levaram à gestão de um projeto de "harmonia intercapitalista na sua amplitude global" e ao reordenamento do sistema internacional, com a importante participação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, cujo "resultado final seria uma economia mundial centrada no mundo trilateral".

O fenômeno da globalização constitui-se numa investida ideológica para a constru-

ção de uma nova hegemonia a nível mundial dos EUA. Essa investida passa pela pressão aos países periféricos em adotar medidas do receituário neoliberal, tornando-se, principalmente, economias deficitárias com o mercado financeiro internacional.

Em termos de fluxo de capital, a nova hegemonia estabelecerá um domínio quase completo, pois além de dispor de mercados perfeitamente adequados para receber os seus dólares, detém o controle do endividamento externo desses países (através dos mecanismos da dívida externa), aliado ao controle dos investimentos de capital internacional e de empréstimos (através de instituições internacionais).

O neoliberalismo só pode ser entendido dentro desse contexto mundial que possibilitou o seu amadurecimento histórico: a "economia globalmente financeirizada", a partir da década de 70, com a "abertura de uma nova fase de hegemonia internacional dos Estados Unidos"²:

Fortemente deficitária em suas relações com o mundo, essa economia [dos Estados Unidos] conferiu à América Latina o papel de "área de criação de superávits" - mercado cativo para seus produtos e território de manobra para seus capitais - o que explica a indução ativa de políticas neoliberais³.

Também o neoliberalismo, para consolidar as pretensões da nova hegemonia, é ele próprio ideologicamente globalizado, ou seja, apresentado ao mundo como alternativa para a crise econômica mundial. Esta ofensiva ideológica, apresentando-o como única saída e credenciando a economia liberal de mercado como alternativa histórica vitoriosa após a derrocada do socialismo real, passa pela construção de um programa básico para adequação das economias, expresso pelos documentos do "Consenso de Washington" e pelas orientações do Fundo Monetário Internacional.

Assim, as pretensões de hegemonia da potência em consolidação (EUA) promoveram a globalização do neoliberalismo. De

¹ ASSMANN, Hugo et al. *A trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986, 3ª ed., p. 20.

² Ambas as idéias são enunciadas por Benjamin em *A opção brasileira* (Benjamin, 1998).

³ BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 136.

doutrina pouco conhecida a aplicações pouco ortodoxas na Inglaterra e EUA, o neoliberalismo passou a ser exportado para todas as partes do globo como o melhor antidoto para os fiascos fiscais do "Welfare State" (Europa), para a inflação descontrolada e a falta de crescimento econômico (América Latina) e para o fracasso do planejamento estatista (Leste Europeu).

Ditadura militar: propedêutico neoliberal

Ao mesmo tempo em que se consolidava uma nova ordem internacional, a ditadura militar no Brasil configurou uma verdadeira preparação do período neoliberal. Ela abriu o caminho economicamente e construiu uma forma de abertura democrática que beneficiou as classes dominantes e a construção paulatina da hegemonia da ideologia da globalização no país.

O país viveu um "ciclo longo de 50 anos" da nossa história da década de 30 a 80 do século XX que poderíamos (guardadas todas as diferenças regionais, de época e de governo) caracterizar por três grandes traços: uma crescente urbanização – com o deslocamento das populações do campo para a cidade, uma crescente industrialização – com a formação de um parque industrial, inclusive com indústrias de bens de capital, e a construção de um projeto de nação – com empreendimentos do Estado em nível de desenvolvimento econômico que colocava a consolidação da nação no horizonte político do Brasil.

A superação desse ciclo passa pela construção de outro a partir de um período de transição. Se a sustentação do primeiro foi a construção de um projeto de "Brasil nação", o novo ciclo procurará trazer como centro a consolidação da ideologia de um "Brasil globalizado". Essa transição foi conduzida pelos governos Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar e, principalmente, se consolidou com o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na década de 90 ganha mais força a aplicação do receituário neoliberal no Brasil: abertura indiscriminada ao capital internacional, paridade cambial, déficit na balança comercial e no balanço de pagamentos, privatização do patrimônio público, reformas constitucionais, enxugamento da máquina

administrativa, implicando a redefinição do caráter de classe do próprio Estado.

A transição para esse novo período passa pela adesão do Brasil ao chamado "Consenso de Washington": um pacote de medidas neoliberais imposto pelo FMI a vários países latino-americanos, nas décadas de 80 e 90, que aqui ganha fôlego com a implantação do Plano Real.

Porém, essa adesão não acontecerá por acaso, nem de uma hora para outra, mas ela vai sendo preparada desde o Regime Militar. Por outro lado, a ditadura é uma peça fundamental para o entendimento do discurso ideológico sobre a globalização no Brasil, cujo maior exemplo é possível perceber na análise da relação entre o pensamento de Roberto Campos e o regime, realizada por Perez⁴.

A ditadura militar representa o marco da opção pelo "capitalismo associado", num esforço do Estado (beneficiando a empresa nacional) para atrair o investimento do capital estrangeiro. Essa relação apenas irá se aprofundar cada vez mais favorecendo esta última. Assim, numa visão de longo prazo, a ditadura militar abriu espaço para o capital internacional e o próprio EUA (através da dívida externa) investirem em seu projeto de hegemonia internacional que se estabelecia (década de 70), favorecendo sobremaneira a globalização do Brasil. O regime constituiu a base política-econômica que dará suporte à investida e ao aprofundamento do neoliberalismo nos anos 90, num novo patamar de implementação.

Mesmo com uma postura tendenciosamente nacionalista dos militares, no período seguinte (80-90), o país foi uma presa fácil do capital internacional, consolidando-se a hegemonização do discurso da "globalização" nos anos 90, justamente porque teve seu caminho anteriormente pavimentado e adequado para que funcionasse em toda plenitude aos moldes do receituário neoliberal instituído pela nova hegemonia financeira mundial.

Nesse sentido, a apreciação de Petras não deixa dúvidas quanto a participação dos militares nesta estratégia, considerando o neoliberalismo na América Latina como o produto histórico da "ditadura militar apoia-

⁴ PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado* (1950-95). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

da pelo governo dos Estados Unidos, órgãos financeiros internacionais, bancos privados e por uma elite econômica e tecnocrática minoritária na América Latina”⁵.

A estratégia adotada no Brasil foi a do gradualismo democrático. Num contexto de resistências políticas e de crise econômica, foi iniciado o processo de “liberalização outorgada”⁶, enquanto auto-reforma do regime. “Reequacionar o bloco no poder, mantendo os privilégios e interesses das várias frações da burguesia monopolista nacional e internacional, eis o significado do projeto aberturista”⁷.

Assim, o regime militar foi fundamental para conduzir uma transição democrática, mais do que “lenta e gradual”, segura o suficiente para preparar a hegemonia do discurso ideológico da globalização no Brasil e as formas como veio a se constituir historicamente no período seguinte.

A transição democrática como transição para o neoliberalismo

Na continuidade-superação do regime militar, a década de 80 é abordada como a década da transição: o momento de crise do modelo anterior, o nacional-desenvolvimentismo, e de configuração do novo modelo, o neoliberalismo. Assim, a transição democrática assume feições de uma longa transição que possibilitará a consolidação do neoliberalismo no Brasil na década de 90.

Cabe destacar que o PMDB serviu aos desígnios da transição imposta pelo regime, assumiu a presidência de forma indireta com uma aliança com a Frente Liberal, manteve em seu mandato presidencial 8 ministérios ligados aos militares e realizou uma reforma constitucional que manteve amplos

poderes interventores às forças armadas do país, em 1988”.

O PMDB, um partido caracteristicamente de centro, nesse primeiro momento garantirá a transição tutelada que encaminha a globalização no país, com a franca implementação do neoliberalismo a partir da década de 90, também garantida por uma dissidência do PMDB, de corte social-democrata, o PSBD.

A transição democrática foi um período de aguda crise econômica. O esgotamento do ciclo “nacional-desenvolvimentista” deixou de herança uma crise de estagnação econômica, chegando a “década de 80” a ser caracterizada como “década perdida”. Isso explica-se, em parte, pela crise em nível internacional, que diminuiu a entrada de capitais no país. “O esgotamento do ‘modelo’ tem como causas mais salientes a elevação das taxas de juros internacionais e a duplicação dos preços do petróleo”⁸.

Contudo, um fator econômico relevante trata da inflação crescente que o país viveria, chegando a níveis insuportáveis, no governo Sarney, onde a aplicação de sucessivos planos aplacava a sua fúria, apenas momentaneamente, sem ver resolvida a questão, que se tornava crônica e atingia a vida cotidiana de todos os brasileiros.

Porém, a estratégia de transição para a democracia, dos militares e das classes dominantes brasileiras, imputou a primeira eleição presidencial da república na forma indireta, através do colégio eleitoral do Congresso Nacional. Como as elites detinham maioria, ficou fácil escolher o novo presidente e os rumos que o país teria pós-ditadura.

Neste momento é importante observar a formação de uma coalizão que dominará politicamente a primeira fase da transição: a “Aliança Democrática”. Esta aliança foi formada pelo PMDB, o partido detentor do maior saldo político do movimento “diretas já” e da transição democrática, e pela Frente Liberal, formada de dissidências do PDS,

⁵ Petras, James. *Os fundamentos do neoliberalismo* in: Orlino, Nildo Domingos e Rampinelli, Waldir José (orgs.) *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 25.

⁶ Conceito apresentado por Florestan Fernandes in: FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

⁷ ANTUNES, Ricardo. *Crise e Poder*. São Paulo, Cortez, 1986, p. 15.

⁸ Verificar o texto original sobre as forças armadas na Constituição Federal do Brasil de 1988.

⁹ PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 195.

cuja origem está no partido conservador da ditadura: a ARENA.

O manifesto da "Aliança Democrática" significou a construção de um compromisso ideológico entre duas facetas da política partidária, o centro e uma dissidência da direita. O candidato da direita, pelo PDS, foi derrotado no Colégio Eleitoral. A vitória esmagadora de Tancredo e Sarney deu-se graças à aliança do PMDB com a Frente Liberal.

A "Aliança Democrática" (liberal) é representativa da transição para o neoliberalismo, pois politicamente emblemática de uma tradição e de um acontecimento novo. A tradição, cristalizada através da participação eterna do agrupamento dissidente da direita no comando do Estado brasileiro, mesmo durante e após a ditadura, como podemos perceber. Contemporaneamente, essa tradição é representada pelo PFL, o partido resultante da Frente Liberal.

O acontecimento novo, presente na ascensão do centro ao Poder, mesmo através de eleições indiretas. Porém, essa ascensão ocorreu com uma aliança que definiu claramente uma opção estratégica de longo prazo no país: a aliança do centro com a direita, ou a vitória da representação do centro com políticas claramente liberais. Dessa forma, a social democracia estava condenada a abdicar do social em nome do mercado e da estabilidade econômica.

Esses traços político-ideológicos estarão presentes em todos os governos pós-ditadura e serão efetivamente responsáveis pela implementação do neoliberalismo no país.

As eleições de 1989 foram emblemáticas e tiveram um caráter resolutivo da crise dos 80, pois significou a definição de um projeto para o país, muito embora o representante eleito fosse um "playboy aventureiro". "Para superar a crise que marcou o fim do ciclo desenvolvimentista, as elites adotaram um novo modelo, chamado por muitos de neoliberal"¹⁰.

Collor, na falta de alternativas das classes dominantes, foi o eleito para começar, de forma impositiva e acelerada, a revolução

neoliberal. Após a aplicação sucessiva de planos econômicos que fracassaram, sendo que um deles chegaria ao ponto de confiscar a poupança dos brasileiros, seu maior legado foi o processo de privatizações violento, em que ingressou o Estado brasileiro, e de dilapidação do patrimônio público.

Porém, Collor não foi apenas uma invenção da conjuntura, representando o elo de continuidade com toda a década de 80 e o ápice de sua implementação no governo. Por isso, na afirmação de Francisco de Oliveira fica claro o que se quer demonstrar: "as chamadas realizações de Collor apenas radicalizaram o que já vinha sendo experimentado e estava no discurso ideológico também há mais de uma década"¹¹.

Entretanto, sem um partido político de tradição e sem uma política de alianças que pudesse lhe dar sustentação no Congresso Nacional, Collor foi vítima das denúncias de corrupção no interior do governo, sendo, pela primeira vez na história do país, afastado por "impeachment". O primeiro presidente eleito pelo voto democrático após a ditadura naufragou no meio do mandato, entregando ao Vice, Itamar Franco, a tarefa de dar continuidade à obra neoliberal.

Itamar, histórico representante do centro, do PMDB, assume a direção do país e as classes dominantes nacionais e internacionais novamente precisam recompor o horizonte de construção do projeto neoliberal. Para tanto, foi escolhido o diplomata Fernando Henrique Cardoso. Ele era "perfeito", pois além de ter uma história ligada à tradição de esquerda no país, uma trajetória intelectual "invejável", detinha capacidade política "suficiente" para conduzir ao rumo determinado.

Nesse ponto, a despeito do posicionamento ideológico posterior de Itamar, seu governo deu sustentação ao projeto neoliberal, seja através dos ministérios estratégicos concedidos ao PSDB (Planejamento e Fazenda), seja através da manutenção da política econômica e da unidade política em torno dela.

¹⁰ Benjamin, César et. al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 28.

¹¹ OLIVEIRA, Francisco de. O maior inimigo da modernidade. *Folha de São Paulo*, 26/06/94, p. 6-3.

Nesse sentido, o fator que confirma a existência de um projeto político (neoliberal) articulado para o país, que Collor quase fez naufragar, foi "a manutenção pelo presidente Itamar da política de implementação do Plano Real sob controle do PSDB, após a saída de Fernando Henrique do ministério em abril de 1994 para candidatar-se à Presidência", confirmando "o vínculo do partido com a política central do Governo"¹².

Esse fator, aliado à derrota do centro nas eleições de 1989, bem como a formação do partido de FHC, o PSDB, conduziria a social-democracia à reformulação de seu discurso, tornando as reformas institucionais do país no centro de sua pregação, mas com um conteúdo nitidamente liberal¹³.

Era preciso mais para garantir a vitória da social-democracia-liberal nas eleições de 1994. Era preciso implementar um plano econômico que devolvesse a estabilidade monetária e debelasse a hiperinflação do país, retirando a crise social da pauta político-eleitoral.

Cavaleiro de defesa ideológica do presidente, Giannotti foi quem melhor expressou a tentativa política de *naturalizar* a vitória de FHC em 1994:

Nessas condições, deslanchado o Plano, sua continuidade e bom êxito passaram a depender da vitória nas eleições que se aproximavam. E Fernando Henrique, precisamente por ter subordinado o Plano a uma estratégia política, graças a ela vinha a ser o candidato natural à sucessão presidencial¹⁴.

A aliança que garantiu essa vitória, para além da coalização de centro-direita construída pelo PSDB, mantinha o PFL como principal aliado, confirmando uma antiga tendência do centro do espectro político após a ditadura militar. "Pelo lado do go-

verno, a bem-sucedida aglutinação de forças políticas conservadoras deu bases sólidas a um projeto de Estado mínimo, que se mostrou tutor de um processo de seleção natural conduzida pelo mercado"¹⁵.

Assim, a façanha política foi maior do que apenas garantir a vitória eleitoral: o plano real significou definitivamente a consolidação da implantação do neoliberalismo no país. Se antes, ele apenas havia sido enunciado e perseguido ideologicamente ou introduzido pelo governo Collor nas políticas públicas, agora ele ganha franca implementação e expansão para todos os setores do Estado e da vida social, a partir de um centro aglutinador e articulador.

A consolidação do neoliberalismo: o Plano Real e o governo FHC

Já no início da década de 80, do seio da própria ditadura militar, emergem claramente para o país as propostas do receituário neoliberal, por um dos seus maiores colaboradores, nos seus primeiros anos, e um dos críticos liberais mais duros ao final do regime: Roberto Campos. "E o faria em seu primeiro discurso como senador da República, em junho de 1983, quando, pela primeira vez, é apresentado ao país um quadro completo do que viria a ser o ideário neoliberal." É a conclusão de Pérez, neste ponto, é demasiado "sórdida": "A gélida linguagem do mercado se antecipava à emocionalidade do universo democrático"¹⁶.

Como demonstrado anteriormente, toda a década de 80 assume as feições de uma década de transição, construindo as condições para que, cerca de 10 anos após a sua clara enunciação, o programa neoliberal fosse realmente aplicado.

No novo período democrático do país, a social-democracia vê-se atropelada pela história. Politicamente derrotada, recicla seu discurso. Ambicionando permanecer no po-

¹² MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 135, ambas as citações, grifos meus.

¹³ Pérez faz uma análise magistral desse cenário em o *Pensamento Político de Roberto Campos*.

¹⁴ GIANNOTTI, José A. Em torno das eleições in *Novos Estudos CEBRAP*, n° 40, novembro de 1994.

¹⁵ MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 168.

¹⁶ PÉREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 176.

der, não hesitou em construir alianças com a direita.

Perseguindo o raciocínio de Pérez¹⁷, podemos afirmar que a condição da consolidação do neoliberalismo no Brasil foi a transição ideológica do liberalismo ético político de centro para o liberalismo frio liberal. Quer dizer, a social-democracia tucana (PSDB) escondeu, nos discursos e nos compromissos eleitorais, sua guinada para a direita, assumindo na prática a necessidade das reformas liberais do país e a supremacia da vida social regulada pelo mercado.

Portanto, como Fiori constatava no momento de consolidação do Plano Real, "não foi só por oportunismo, mas por coerência que os tucanos fizeram o possível para aderir ao governo Collor e agora se aliam ao PFL. Aqui como em toda parte, faz tempo que os social-democratas viraram neoliberais"¹⁸.

Dessa forma, o Plano real foi concebido para prover as condições político-institucionais necessárias à implantação das medidas neoliberais no país. "O real pertence a uma "família" de planos preparada em novas condições e aplicada sucessivamente em muitos países, com patrocínio explícito de instituições internacionais. Nela, o controle da inflação é norma, não exceção"¹⁹.

O controle inflacionário apenas viabilizou o sucesso político do plano, que se traduziu em ganhos eleitorais imediatos para o governo. Porém, "o controle da inflação é o aspecto mais superficial e de curto prazo do modelo atual, embora seja aquele que viabiliza politicamente sua implantação"²⁰, porque gerador de uma estabilidade monetária que contagiou o imaginário da população brasileira, assombrada com o fantasma da hiperinflação.

Também contribuiu o histórico de insucessos na área econômica dos governos anteriores. Resumidamente, "entre 1985 e 1993, sete diferentes pacotes de reformas

foram lançados, fracassaram, e foram abandonados por uma sociedade política incapaz de unir-se para forjar uma coalizão sustentável para a formulação de novas políticas"²¹. Esse fato mostra bem o processo de transição, como o projeto político para o país esteve em disputa e como foi preparada a implantação do neoliberalismo: através de um terreno fértil de instabilidade política e social.

Para além do controle inflacionário, Meneguello nos apresenta a questão fundamental: "Na implantação da agenda neoliberal, a reforma do Estado foi o ponto central, na qual a redução dos gastos públicos foi o mote das principais ações governamentais e se expressou na intensificação do processo de privatização e redução dos gastos sociais"²².

A agenda neoliberal se traduziu em ações complexas de reforma de todo aparato estatal, substituindo a estratégia de capitalismo industrial nativo do período nacional-desenvolvimentista pela lógica da globalização, amarrando nossa economia à dependência do comportamento de variáveis macroeconômicas, submetendo-a aos ditames do mercado internacional.

A partir do programa do Consenso de Washington e da caracterização realizada por Petras, podemos afirmar que todas as metas neoliberais foram implementadas com sucesso no país: estabilização; privatização; liberalização; desregulamentação e austeridade fiscal. Apenas esta última meta foi completada no ano de 2000 com a edição de uma Lei Complementar à Constituição Federal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101).

Embora tenha sido caracterizado pelos liberais como uma "revolução", no fundamental, o Plano Real garantiu a continuidade dos traços históricos característicos da sociedade brasileira: "a dependência de financiamento externo, o controle da economia por empresas estrangeiras, a apropriação

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 171-177.

¹⁸ FLORI, José Luis. *As palavras e as coisas*. Jornal Folha de São Paulo, 14-08-94, p. 6-5.

¹⁹ BENJAMIN, César et. al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 38.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 57.

²¹ LINS, Juan J.; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia - a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 203.

²² MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 168.

privada dos recursos públicos, a concentração da renda e a exclusão social, a presença das oligarquias no centro do poder"²³.

O segundo mandato de FHC foi vital para dar forma final à obra neoliberal no país e impor as reformas institucionais que ainda não tinham sido possíveis face às resistências. Para garantir a continuidade desse projeto, mais uma vez, era preciso contar com a aprovação eleitoral, o que tornou necessária a mudança na constituição para possibilitar a continuidade de FHC.

Conforme a avaliação de Meneguello,

a aprovação em fevereiro de 1997 da emenda constitucional que permite a reeleição para os cargos executivos, incluindo a presidência, reforçou esta dimensão eleitoral da política econômica global e recolocou a ligação pessoal entre a candidatura de Fernando Henrique e o plano de estabilização²⁴.

Garantida a reeleição, em seu "novo" governo, FHC realizou uma manobra política de repercussão histórica: amarrou legalmente todos os municípios e estados brasileiros a uma versão de "ajuste fiscal" dependente da estabilidade econômica do país, atualmente atrelada aos humores das flutuações da economia mundial.

Quer dizer, a estabilidade de seu plano econômico está diretamente ligada a variáveis macroeconômicas, que na maioria das vezes não depende de nossa própria economia, e a um receituário de ajuste fiscal, onde fica patente o desmonte da máquina pública.

A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga os municípios a serem "responsáveis fiscalmente", ou seja, aplica um torniquete fiscal onde se deve reduzir os gastos com pessoal até atingir limites previamente fixados e não se deve empenhar mais despesas do que se pode pagar, até o limite do que tiver em caixa. Aos que não fizerem a lição

de casa está reservado o corte dos repasses voluntários de recursos da união (transferências de recursos).

Mas, qual o destino das "sobras" após a aplicação do torniquete? A aplicação do ajuste fiscal nos municípios e estados serve para diminuir a dívida pública, reduzindo assim a dívida total da união e puxando os juros do mercado para baixo, através do controle dos títulos da dívida pública. Mais ainda, os municípios, ao ultrapassarem os limites estabelecidos na lei deverão restringir empenhos, ou seja cortar diretamente as despesas, inclusive em investimentos sociais. Os únicos empenhos que ficam livres de qualquer restrição são os destinados aos pagamentos da dívida pública.

Além da dívida interna (pública), que têm a participação do endividamento dos Municípios e Estados, a dívida externa é o centro prioritário de atendimento do modelo. O esforço fiscal do estado, o enxugamento da máquina, a venda do patrimônio, a contenção de gastos (especialmente sociais), será todo reinvestido para pagamento de juros e encargos da dívida externa brasileira.

Quem elegeu como "prioridade das prioridades" o privilegiamento do pagamento dos encargos da dívida pública? Assim, o governo FHC "amarrou" os governos municipais e estaduais, sejam eles de esquerda ou de direita, ou de qualquer outro matiz ideológico, ao seu projeto político-ideológico de longo prazo: a manutenção do programa neoliberal.

Dessa forma, a última etapa do Plano Real e da implantação do neoliberalismo no Brasil, resultou num contexto de sobredeterminação legal do ajuste fiscal de FHC. Mesmo a esquerda, em governos locais ou regionais, precisa se submeter a implementar diversas medidas de caráter "neoliberal", por conta da legislação, e que, se não forem cumpridas, sobrevêm as consequências jurídicas impostas pela União.

²³ BENJAMIN, César et. al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 57.

²⁴ MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 148.

Conclusão

A transição para o neoliberalismo deu-se de forma prolongada no tempo, de 1979 a 1994, constituindo uma ruptura com o ciclo de desenvolvimento anterior do Brasil: o nacional-desenvolvimentismo. Ela se confunde com a transição para a democracia no país.

A transição democrática se inicia em 1979, com a reforma partidária proposta pelo próprio regime, no ano que foi o marco da luta social dos trabalhadores organizados, e termina em 1989, quando realmente acontece a primeira eleição direta para a presidência da República. Já a transição para o neoliberalismo começa com a transição para a democracia e com a crise de "modelo" prolongada por toda a década de 80, mas somente se completa com a implementação do Plano Real em 1994, embora o governo Collor tenha praticado políticas neoliberais antes disso.

Perry Anderson faz a análise de como as ditaduras militares contribuíram, na América Latina, para a implementação de políticas neoliberais, desde a década de 70. Entretanto, também destaca que "há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação"²⁵.

No caso brasileiro, como se pode concluir, tivemos as duas forças apontando para o neoliberalismo: tanto a ditadura militar, contribuindo na preparação do caminho, através da liberalização outorgada, quanto a hiperinflação, na década de 80 e início dos 90, foram fundamentais para que se consolidasse a ideologia da globalização com o fortalecimento paulatino da aplicação do programa neoliberal.

E Francisco de Oliveira confirma nossa hipótese:

Mas a verdade é que foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato "democrático" de José Sarney. Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social²⁶.

A soberania do país diante do contexto internacional foi trocada pela simples estabilização monetária. Ao par da falta de crescimento econômico e de investimento social, da degradação das condições de vida da maioria da população, aconteceu uma descomunal transferência de patrimônio do Estado para a iniciativa privada nacional e internacional.

Dessa forma, conclui-se que, na antecâmara da história, os preparativos para a implementação do neoliberalismo estavam todos "arranjados" e era apenas uma questão de tempo para que restasse consolidado na década de 90. Tempo suficiente para que a social-democracia pudesse transitar do centro para a direita, pois essa foi a única via do neoliberalismo hegemonizar ideologicamente o país, diante de uma sociedade civil vigorosa e das resistências à sua implementação.

A transição também foi um período de resistência. A maior demonstração disso é que a transição para o neoliberalismo no país foi um processo longo, que durou cerca de 15 anos, justamente porque houve enfrentamentos e disputas em torno dos caminhos de desenvolvimento para o país.

Mesmo com uma democratização outorgada, a esquerda saiu vitoriosa do ocaso da ditadura militar. Esta esquerda fortalecida retardou a implantação e consolidação do neoliberalismo no Brasil, tornando-o um fenômeno quase "tardio", se comparado com a sua história na América Latina e no mundo.

²⁵ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 21.

²⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 25.

A avaliação sobre a realidade brasileira, bem como a receita para sair da crise, é repetida pelo FMI desde o início da década de 80. Somente um forte movimento de resistência, às vezes de forma mais exposta, outras, mais silenciosa, contagiando a sociedade, podia ultrapassar os limites das "condicionalidades" impostas pelos "mercadores" internacionais.

A implementação do programa neoliberal no Brasil significou uma fantástica virada ideológica nos rumos do país. Da visão nacional-desenvolvimentista passamos à globalização econômica. "Com a adoção desse receituário [neoliberal], os países da América Latina ingressaram de vez na globalização, logrando, como prêmio, obter uma estabilização rápida de suas moedas"²⁷.

Um outro elemento importante do cenário nacional e internacional trava-se no campo ideológico. Vivemos hoje a falência da social-democracia histórica, evidenciada não só na Europa, mas também aqui no Brasil (FHC foi o supra-sumo do neoliberalismo travestido de social-democracia).

A consolidação do neoliberalismo no Brasil inviabilizou historicamente a social-democracia e condenou a esquerda a um refluxo ideológico diante da realidade. Pois, além do recuo ideológico do socialismo em nível internacional, o neoliberalismo acabou pautando a esquerda a partir de suas prioridades e desde um patamar rebaixado de disputa política. Assim, a esquerda brasileira termina por "reformatar" as reformas neoliberais sem chegar a propor um novo modelo, uma alternativa.

A questão chave não é eleitoral, mas a de que, no atual contexto, não é possível mais uma alternativa de centro, porque derrotada historicamente. Hoje a chamada "terceira via" não passa de engodo, pois sua prática de governo se traduz na manutenção do programa neoliberal, em alguns casos por sua radicalização contra os trabalhadores, como na Inglaterra²⁸.

O nacional-desenvolvimentismo, como ciclo histórico, teve uma duração de 50 anos. Poderíamos perguntar, para além do período de transição, se o novo ciclo neoliberal terá vida longa. Terá ele potencial estruturante para o país? Poderá superar sua vocação meramente desconstrutiva e destrutiva? Ou estaremos nos aproximando de uma nova virada ideológica?

O neoliberalismo alçou o Brasil ao mundo globalizado, mas, continuamente, é preciso pagar um alto preço por participarmos dessa globalização perversa, constituída a partir de um sistema financeiro que torna os países dependentes cada vez mais escravos de suas dívidas externas e cada vez mais pobres.

A prioridade dispensada para o pagamento da dívida externa demonstra, de forma contundente, a orientação do projeto neoliberalizante e o seu real significado no quadro de relações internacionais, especialmente diante do novo período de hegemonia dos EUA e das instituições internacionais que promovem a "sua" globalização e a globalização de "seus" interesses, a partir do neoliberalismo.

Mais do que denunciar a serviço de "quem" e do "que" está a manutenção do "serviço" da dívida, seria preciso resgatar a consciência da imensa dívida social deste país para com o povo brasileiro e a inaceitável negação de vida digna desde os quadros de autoritarismo e repressão da ditadura até as atuais tentativas de supressão ou restrição de direitos sociais promovidas pelo neoliberalismo.

A dívida externa foi a porta de entrada para a potência dominante da nova ordem internacional (EUA) impor as políticas neoliberais no país, assim como no restante da América Latina. O regime militar garantiu a transição tranqüila e gradual para o novo período instalar-se e a guinada do centro para a direita do espectro ideológico garantiu uma roupagem democrática para a imposição de um programa agressivo de desnacionalização e regressão dos direitos sociais, embora a esquerda e os movimentos populares resistissem a maior parte do tempo.

²⁷ BENJAMIN, César et. al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 39.

²⁸ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. São Paulo, Cortez, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, 2ª Ed.
- ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos Santos; CHOMSKY, Noam. **A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial**. Petrópolis: Vozes, 1986, 3ª ed.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno de debates nº 1, Associações da CESP. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BENJAMIN, César *et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: contraponto, 1998.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP: Editorial Boitempo, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FIORI, José Luis. As palavras e as coisas. **A Folha de São Paulo**, p. 6-3, 14 Ago 1994.
- FIORI, José Luis. Os moedeiros falsos. **A Folha de São Paulo**, p. 6-6, 03 Jul 1994.
- GIANNOTTI, José A. Em torno das eleições. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 40, Nov, 1994.
- GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LINS, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia - a experiência do sul da europa e da América do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MÉSZAROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação do trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
- Novos Estudos CEBRAP**, nº 40, novembro de 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. O maior inimigo da modernidade. **A Folha de São Paulo**, p. 6-3, 26 Jun 94.
- OLIVEIRA, Gesner. **Brasil - FMI: frustrações e perspectivas**. São Paulo, Bional, 1993.

OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.) **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

PÉREZ, Reginaldo Teixeira. **O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PETRAS, James; TODD, Cavaluzzi. **O liberalismo na América Latina e a estratégia global dos Estados Unidos**. Caderno n° 9. São Paulo: PEDEX, 1995.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: Ouriques, Nildo Domingos; Rampinelli, Waldir José (orgs.) **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 15-38.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

RICOUER, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, 4ª Ed.

SAES, Décio. **Industrialização, populismo e classe média no Brasil**. Unicamp, IFHC, n°. 9, 1976.